



GABARITO COMENTADO

Olá, pessoal! Tudo bem? Aqui é **Gabriel Rabelo**, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Contabilidade e Direito Empresarial do Estratégia Concursos e Coordenador do Exame de Suficiência do CFC aqui no site.

Hoje passamos para deixar os comentários do **Primeiro Simulado para o Exame do CFC do Estratégia Concursos**. Esperamos que tenham gostado.

As dúvidas e recursos podem ser encaminhados ao nosso grupo de estudos no Facebook:

Exame de Suficiência – Grupo de Estudos | Sem Propagandas.

Aguardamos vocês lá!

Apenas lembrando a novidade.

NOVIDADE NO ESTRATÉGIA CONCURSOS



Como já dito, nós não mediremos esforços para sermos os melhores do país no que diz respeito à preparação para o CFC.

E, como parte disso, nós faremos um **CURSO REGULAR GRATUITO EM VÍDEO PARA O EXAME DE CFC**. Para o próximo, é claro, 2017.2.

Isso mesmo! Um curso regular gratuito.

Nós elaboraremos um curso completo e gratuito para vocês. As regras serão as mesmas adotadas para os cursos Extensivos que o Estratégia Concursos



vem ministrando. Transmitiremos aulas ao vivo e gratuitas no canal do YouTube.

Quando passar o Exame 2017.1 volto com mais novidades! Gostaram?

Bom, é isso, pessoal! Vamos começar?

Sigam o nosso Instagram para dicas diárias de contabilidade:

@contabilidedefacilitada

Forte abraço e sucesso a todos!

Estamos à disposição.

Gabriel Rabelo.

@gabrielrabelo87

**GABARITO DAS QUESTÕES**

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	D	26	B
2	C	27	C
3	A	28	D
4	D	29	C
5	D	30	B
6	D	31	B
7	B	32	C
8	B	33	C
9	C	34	B
10	D	35	B
11	A	36	D
12	D	37	D
13	C	38	D
14	C	39	C
15	C	40	C
16	A	41	C
17	B	42	B
18	D	43	D
19	A	44	C
20	D	45	A
21	C	46	D
22	D	47	D
23	B	48	D
24	D	49	A
25	B	50	A



QUESTÕES COMENTADAS

- 1) Acerca da Estrutura Conceitual (NBC TG 00) assinale a opção correta.
- a) A estrutura conceitual estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis é uma norma que define procedimentos gerais a serem observados pelas entidades.
 - b) No caso de conflito entre a estrutura conceitual e uma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG) do CFC, o disposto na estrutura conceitual deve ter prevalência sobre as exigências da NBC TG.
 - c) Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.
 - d) Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das opções.

- a. **Errado**. Segundo a Estrutura Conceitual,

Esta Estrutura Conceitual não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação.

Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer norma, interpretação ou comunicado técnico. Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e uma norma, interpretação ou comunicado técnico. Nesses casos, as exigências norma, interpretação ou comunicado técnico específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.

- b. **Errado**. Segundo a Estrutura Conceitual,

*Pode haver um número limitado de casos em que seja **observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e uma norma,** interpretação ou comunicado técnico. **Nesses casos, as exigências da norma,** interpretação ou comunicado técnico específicos **devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.***

Lembre-se:



Estrutura Conceitual **não** é...



Norma propriamente dita

Em caso de ...



... as exigências da norma, interpretação ou comunicado técnico específicos devem prevalecer sobre a Estrutura Conceitual.

CONFLITO

c. **Errado**. Segundo a Estrutura Conceitual, **demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.**

Demonstrações Contábeis objetivam...



Fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral.



não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características



qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.



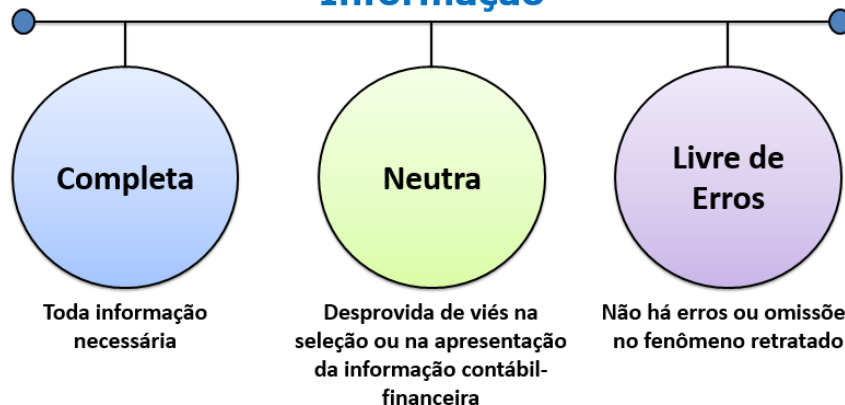
RESUMINDO

Características Qualitativas Fundamentais

Característica	Conceito
Relevância	Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser <u>completa</u> , <u>neutra</u> e <u>livre de erro</u> .

Representação Fidedigna

Informação



Características Qualitativas de Melhoria

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Verificabilidade	Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões .

**Compreensibilidade**

Classificar, caracterizar e apresentar a informação com **clareza** e **concisão** torna-a compreensível.

Gabarito → D.

2) Segundo a NBC TG Estrutura Conceitual, o patrimônio líquido é o “valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”. Nesse sentido, podemos afirmar que esse conceito está ligado à:

- a) Teoria da Entidade
- b) Teoria Residual
- c) Teoria da Propriedade
- d) Teoria do Empreendimento

Comentários:

O conceito estabelecido na Estrutura Conceitual está ligado à Teoria da Propriedade, haja vista que a ideia de valor residual (resíduo dos direitos de uma entidade após a liquidação de todas as suas obrigações) é o centro dessa teoria.

Gabarito → C.

3) Julgue os itens abaixo referentes às Teorias do Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Segundo a Teoria da Propriedade, o proprietário é o centro de atenção da Contabilidade. As receitas são consideradas como acréscimo de propriedade e as despesas, decréscimos.

II. A Teoria da Entidade preceitua que o centro de interesse da Contabilidade deve ser a entidade. Referida teoria surgiu tendo em vista o crescimento das grandes companhias e a necessidade de separar a gestão da propriedade.

III. Segundo a Teoria do Fundo a base da Contabilidade não seria nem o proprietário, ou a sociedade, e sim um grupo de ativos e passivos, além de um conjunto de atividades ou funções para as quais esses ativos e passivos são utilizados.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III apenas.
- d) III, apenas.

Comentários:



Item I – **Certo**. Na lição de Iudícibus (2004), segundo a Teoria da Propriedade, **o proprietário é o centro de atenção da Contabilidade**.

As receitas são consideradas como acréscimo de propriedade e as despesas, decréscimos. Assim o lucro líquido, diferença entre receitas e despesas, é adicionado diretamente ao proprietário. Os dividendos representam retirada de capital, e os lucros acumulados são parte da transferência.

Item II – **Certo**. Surgida no final do século XIX e início do século XX, tendo em vista o crescimento das grandes companhias e a necessidade de separar a gestão da propriedade.

Niyama e Silva ensinam que por essa teoria o patrimônio líquido deixa de ser o centro da Contabilidade para ser mais uma fonte de recursos para o ativo.

Nesse sentido, **a Teoria da Entidade preceitua que o centro de interesse da Contabilidade deve ser a entidade**.

Item III – **Errado**. Proposta por William Vatter, segundo o qual a Teoria do Fundo seria uma extensão da Teoria da Entidade, mas com a diferença que **a base da Contabilidade não seria nem o proprietário, ou a sociedade, e sim um grupo de ativos e um conjunto de atividades ou funções para as quais esses ativos são utilizados. Tal grupo de ativos é chamado de fundo**.

O erro da questão está em informar que a base da Contabilidade seria um grupo de ativos ~~e passivos~~.

Gabarito → A.

4) Assinale a opção incorreta acerca dos componentes patrimoniais, equação fundamental do patrimônio, situação líquida e representação gráfica.

a) Para que um bem ou direito seja considerado um ativo três condições devem ser satisfeitas: gerar benefício econômico futuro, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado.

b) A riqueza líquida de uma entidade é o valor residual dos seus ativos depois de deduzidos todos os seus passivos.

c) A equação patrimonial demonstra que o total do ativo é igual ao total do passivo.

d) A situação líquida de uma entidade pode ser superior ao valor total de seus ativos.

Comentários:



Vamos analisar cada uma das opções.

a. **Certa.** ATIVO é um recurso **controlado** pela entidade como **resultado de eventos passados** e do qual se espera que resultem **futuros benefícios econômicos** para a entidade.

Pessoal, essa definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro**, ser **controlado pela entidade** e ser **resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de ativo.

Futuro benefício econômico: é a essência de um ativo e refere-se ao potencial de contribuição, seja direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade. Conforme destaca a Estrutura Conceitual (NBC TG 00), este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que pode reduzir as saídas de caixa. Exemplo: aquisição de equipamento que irá reduzir os custos de produção. Sendo assim, os ativos podem dar origem a benefício econômico quando são:

- usados na produção de estoques ou serviços vendidos pela entidade;
- trocados por outros ativos;
- usados para reduzir um passivo;
- distribuídos aos proprietários da entidade.

b. **Certa.** Lembre-se que é muito importante sabermos os sinônimos para os componentes patrimoniais. A definição de patrimônio líquido é:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Como riqueza líquida é o mesmo que patrimônio líquido, o item está certo. Vamos revisar os sinônimos?

Sinônimos para os componentes patrimoniais		
Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Patrimônio Bruto	Passivo Exigível	Situação Líquida
Capital Aplicado	Capital de Terceiros	Capital Próprio
Capital Investido	Capital Alheio	Recursos Próprios
Aplicações dos Recursos	Recursos de terceiros	Passivo Não Exigível
Investimentos		Riqueza Própria (líquida)

c. **Certa.** A equação patrimonial demonstra que o **total do ativo é igual ao total do passivo**.

Como já sabemos, o **patrimônio = bens + direitos** (elementos **positivos** do patrimônio) + **obrigações** (elementos **negativos** do patrimônio).



O **Patrimônio Líquido** é a **diferença** entre os elementos **positivos** do patrimônio e os elementos **negativos** do patrimônio.

PL = elementos **positivos** do patrimônio - elementos **negativos** do patrimônio.

PL = Bens + Direitos - Obrigações

Sendo assim, chegamos à equação patrimonial: $A = P + PL$, em que:

A = Ativo (Bens + Direitos)

P = Passivo* (Obrigações)

PL = Patrimônio Líquido

* Tecnicamente, o mais correto seria Passivo Exigível (PE). As bancas erroneamente chamam o Passivo Exigível somente de Passivo.

Graficamente, o Balanço Patrimonial pode ser assim representado:

Ativo	Passivo
Bens	Obrigações (Passivo Exigível)
Direitos	Patrimônio Líquido (Passivo Não Exigível)
Total = Bens + Direitos	Total = Obrigações + PL

Algumas conclusões que podemos extrair da equação patrimonial e que são exigidas em concursos (basicamente é o jogo de palavras, os sinônimos que vimos acima):

1ª) Passivo Total = Passivo Exigível + Passivo Não Exigível

2ª) Capital Total à disposição da empresa = Capital de Terceiros + Capital Próprio

Como o total do ativo (capital aplicado) é igual ao total do passivo (capital total à disposição da empresa), temos:

Capital Aplicado = Capital Total à Disposição da Empresa

3ª) Origem dos Recursos = Recursos de Terceiros + Recursos Próprios

Como o total do ativo (aplicações dos recursos) é igual ao total do passivo (origem dos recursos), temos:

Aplicações dos Recursos = Origem dos Recursos

d. **Errada**. A situação líquida de uma entidade **jamais** pode ser superior ao valor total de seus ativos. O PL corresponde à diferença entre o ativo e o passivo exigível. Como o menor valor para o PE é 0, nessa situação limite,



o PL é igual ao ativo. Assim, podemos afirmar que **o valor registrado no patrimônio líquido (situação líquida) de uma entidade jamais pode ser superior ao valor total de seus ativos.**

Gabarito: D

5) No que se refere aos fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais, assinale a opção correta.

a) Fato Contábil é tudo que provoca modificação, qualitativa e/ou quantitativa, no Patrimônio da entidade podendo ser de dois tipos: permutativo ou modificativo.

b) Uma entidade adquiriu um veículo à vista no valor de R\$ 20.000,00. Esse fato contábil altera o patrimônio líquido da entidade e, portanto, é um fato modificativo.

c) O recebimento de duplicatas com desconto gera apenas um fato modificativo.

d) O fato é modificativo quando o aumento ou redução do ativo ou do passivo exigível é seguido de modificação na situação líquida de igual valor, para mais – fato modificativo aumentativo – ou para menos – fato modificativo diminutivo.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das opções.

a. **Errada. Fato Contábil** é tudo que provoca modificação, qualitativa e/ou quantitativa, no Patrimônio da entidade.

Os fatos contábeis podem ser:

Permutativos: são os fatos que não alteram o Patrimônio Líquido;

Modificativos: são os fatos que alteram o Patrimônio Líquido;

Mistos ou Compostos: são os fatos que envolvem simultaneamente um fato permutativo e um fato modificativo.

Observe que os fatos podem ser de três tipos, logo o item está errado.

b. **Errada.** Trata-se de um fato permutativo, pois não altera o patrimônio líquido da entidade. O registro dessa operação é:

Débito: Veículos **(+A)**

Crédito: Caixa 20.000,00 **(-A)**

Observe que na aquisição de um veículo à vista há um aumento em Veículos (entrada de bens) e uma redução de Caixa (saída de bens). Logo, há apenas alteração qualitativa do patrimônio, sem afetar o patrimônio líquido.



c. **Errada**. O recebimento de duplicatas com desconto gera um fato misto diminutivo. Os fatos mistos diminutivos são fatos em que ocorre uma permuta e o aumento ou diminuição do ativo e/ou do passivo exigível, reduzindo a situação líquida. Podem ser de 3 (três) tipos:

1º tipo:

+ A - A - PL

Exemplo: recebimento de duplicatas no valor de R\$ 10.000,00 com desconto de 10%.

Débito: Caixa	9.000,00 (+ A)
Débito: Descontos Condicionais Concedidos	1.000,00 (- PL)
Crédito: Duplicatas a Receber	10.000,00 (- A)

Observe que no recebimento de duplicatas com desconto há um aumento de Caixa (entrada de bens), uma redução de Duplicatas a Receber (saída de direitos) e o reconhecimento de uma despesa (Descontos Condicionais Concedidos).

2º tipo:

- A - P - PL

Exemplo: pagamento de duplicatas no valor de R\$ 10.000,00 com juros de 10%

Débito: Duplicatas a Pagar	10.000,00 (- P)
Débito: Juros Passivos	1.000,00 (- PL)
Crédito: Caixa	11.000,00 (- A)

Observe que no pagamento de duplicatas com juros há uma diminuição de Caixa (saída de bens), uma redução de Duplicatas a Pagar (saída de obrigações) e o reconhecimento de uma despesa de juros (Juros Passivos).

3º tipo:

- P + P - PL

Exemplo: renegociação de dívida no valor de R\$ 30.000,00 para um prazo posterior com incidência de juros de 10%

Débito: Dívidas a Pagar (prazo antigo)	30.000,00 (- P)
Débito: Juros Passivos	3.000,00 (- PL)
Crédito: Dívidas a Pagar (prazo novo)	33.000,00 (+ P)

Observe que na renegociação de dívida há uma redução de uma dívida a pagar (saída de obrigações), um aumento com a nova Dívida a Pagar



(entrada de obrigações) e o reconhecimento de uma despesa de juros (Juros Passivos).

d. **Certa**. O fato é modificativo quando o aumento ou redução do ativo ou do passivo exigível é seguido de modificação na situação líquida de igual valor, para mais (fato modificativo aumentativo) ou para menos (fato modificativo diminutivo). Sendo assim, vejamos com mais detalhes cada um desses fatos.

Fatos Modificativos diminutivos ou negativos

Provocam a redução do ativo e/ou o aumento do passivo exigível e a simultânea diminuição da situação líquida, em igual valor. Podem ser de 2 (dois) tipos:

1º tipo:

- A	- PL
-----	------

Exemplo: pagamento de despesas com salários à vista no valor de R\$ 30.000,00.

Débito: Despesas com Salários (- PL)
Crédito: Caixa 30.000,00 (- A)

Observe que no pagamento de despesas com salários à vista há a redução simultânea do ativo (saída de bens) e da situação líquida (aumento de despesas).

2º tipo:

+ P	- PL
-----	------

Exemplo: apropriação de despesa com aluguel no valor de R\$ 5.000,00.

Débito: Despesa com Aluguel (- PL)
Crédito: Aluguel a Pagar 5.000,00 (+ P)

Observe que na apropriação de despesa com aluguel há a redução da situação líquida (aumento de despesa) e aumento do passivo exigível (aumento de obrigações).

Pessoal, apropriar significa reconhecer o fato gerador de uma despesa que ocorreu e não foi paga. No caso em tela, a despesa de aluguel foi incorrida, mas não paga dentro do período de competência. Aqui cabe aquele velho ditado: "Devo, não nego! Pago quando puder!". E no momento do pagamento qual será o lançamento? Simples...

D – Aluguel a Pagar (- P)



C – Caixa (- A)

Fatos Modificativos aumentativos

Provocam o aumento do ativo e/ou a redução do passivo exigível e o simultâneo aumento da situação líquida, em igual valor. Existem 2 (dois) tipos:

1º tipo:

+ A **+ PL**

Exemplo: recebimento de receita de aluguel no valor de R\$ 5.000,00.

Débito: Caixa **(+ A)**

Crédito: Receita de Aluguel 5.000,00 **(+ PL)**

Observe que no recebimento de receita de aluguel há o aumento simultâneo do ativo (entrada de bens) e da situação líquida (aumento de receita).

2º tipo:

- P **+ PL**

Exemplo: prescrição de dívida no valor de R\$ 10.000,00.

Débito: Dívidas a Pagar **(- P)**

Crédito: Receitas com Prescrição de Dívidas 10.000,00 **(+ PL)**

Observe que na prescrição de dívida (perdão da dívida pelo fornecedor) há uma redução do passivo exigível (saída de obrigações) e aumento da situação líquida (entrada de receita).

Gabarito: D

6) A empresa Agroterra Ltda apresentou a seguinte relação de contas e saldos extraída do Razão em 31 de dezembro de 2014.

Receitas de Vendas	R\$ 7.200,00
Caixa	R\$ 1.900,00
Ações de Coligadas	R\$ 3.100,00
Capital Social	R\$ 15.000,00
Títulos a Pagar	R\$ 3.500,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 1.440,00
Clientes	R\$ 3.200,00
Provisão p/ Perdas em Investimentos	R\$ 500,00
Capital a Realizar	R\$ 2.300,00
Fornecedores	R\$ 2.200,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 1.600,00



Duplicatas a Receber	R\$ 2.200,00
Móveis e Utensílios	R\$ 3.300,00
Reserva Legal	R\$ 500,00
Impostos a Recolher	R\$ 1.200,00
Despesas de Alugueis	R\$ 700,00
Mercadorias	R\$ 3.500,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 10.000,00
Reserva de Capital	R\$ 1.210,00
Provisão para o Imposto de Renda	R\$ 890,00
Comissões Passivas	R\$ 230,00
Despesas do Exercício Seguinte	R\$ 700,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.700,00
Ações em Tesouraria	R\$ 500,00
Contribuições a Recolher	R\$ 400,00
Receitas Financeiras	R\$ 320,00
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 240,00
Salários a Pagar	R\$ 1.900,00
Títulos a Receber LP	R\$ 1.200,00

De posse dessas informações, elaborando o Balanço Patrimonial encontraremos um

- resultado líquido do exercício de R\$ 3.780,00.
- passivo circulante de R\$ 9.200,00.
- ativo circulante de R\$ 11.500,00.
- patrimônio líquido de R\$ 16.570,00.

Comentários:

Nesse tipo de questão temos que apurar o resultado do exercício antes de partirmos para a elaboração do Balanço Patrimonial. Assim, temos:

Apuração do Resultado do Exercício

Receitas de Vendas	7.200,00
Receitas Financeiras	320,00
(-) ICMS sobre Vendas	(1.440,00)
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.600,00)
(-) Despesas de Alugueis	(700,00)
(-) Comissões Passivas	(230,00)
(-) Provisão p/ IR	(890,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	2.660,00

Elaborando o Balanço Patrimonial, temos:

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ mil)			
Ativo Circulante	11.260	Passivo Circulante	10.090
Caixa	1.900	Títulos a Pagar	3.500
Clientes	3.200	Impostos a Recolher	1.200



Duplicatas a Receber	2.200	Contribuições a Recolher	400
Mercadorias	3.500	Salários a Pagar	1.900
Despesas do Exercício Seguinte	700	Fornecedores	2.200
Provisão para Devedores Duvidosos	(240)	Provisão p/ o Imposto de Renda	890
Ativo Não Circulante	15.400	Passivo Não Circulante	0
Realizável a Longo Prazo	1.200		
Títulos a Receber LP	1.200	Patrimônio Líquido	16.570
Investimentos	2.600	Capital Social	15.000
Ações de Coligadas	3.100	Capital a Realizar	(2.300)
Provisão p/ Perdas em Investimentos	(500)	Reserva Legal	500
Imobilizado	11.600	Reserva de Capital	1.210
Móveis e Utensílios	3.300	Ações em Tesouraria	(500)
Máquinas e Equipamentos	10.000	Lucros Acumulados	2.660
Depreciação Acumulada	(1.700)		
Intangível	0		
Total do Ativo	26.660	Total do Passivo + PL	26.660

Gabarito: D

7) A Empresa Princesa das Coxilhas apresentou as seguintes informações:

Estoque inicial de mercadorias	1.200,00
Compras de mercadorias	5.000,00
Vendas de mercadorias	8.000,00
Estoque Final de mercadorias	500,00
ICMS sobre as compras	1.000,00
ICMS a Recolher	450,00
ICMS sobre vendas	1.600,00
Despesa com salários	800,00

De posse das informações acima, sabendo-se que o ICMS sobre as compras é recuperável, a apuração do resultado apresenta:

- Lucro Bruto de R\$700,00.
- Lucro Bruto de R\$1.700,00.
- Lucro Bruto de R\$1.250,00.
- Lucro Líquido de R\$1.900,00.

Comentários:

Observe que a questão não informa o valor do CMV. Logo, temos que calculá-lo. Nesse caso, como o valor do ICMS é recuperável temos que retirar do valor da compra, pois o valor pago do ICMS será retornado para a empresa, ou seja, não integrará o custo da mercadoria vendida. Assim, temos:



$$\begin{aligned} \text{CMV} &= E_i + C_o - E_f - \text{Impostos recuperáveis} \\ \text{CMV} &= 1.200,00 + 5.000,00 - 500,00 - 1.000,00 \\ \text{CMV} &= 4.700,00 \end{aligned}$$

Elaborando a DRE, temos:

Receita com Vendas (vendas de mercadorias)	8.000,00
(-) ICMS s/ Vendas	(1.600,00)
(-) CMV	(4.700,00)
(=) Lucro Bruto	1.700,00
(-) Despesas com Salários	(800,00)
(=) Lucro Líquido	900,00

Gabarito: B

8) A Empresa Galo Cinza Ltda possui um saldo de R\$ 65.000,00 na conta Veículos. Referidos veículos foram adquiridos há cinco anos e têm vida útil estimada em 10 anos. Na contabilização desses veículos a empresa considera um valor residual de 10%. Nesse sentido, se a empresa revender esses veículos, mesmo que a prazo, por R\$ 40.000,00, vai obter

- a) ganhos de capital no valor de R\$ 7.500,00
- b) ganhos de capital no valor de R\$ 4.250,00
- c) perdas de capital no valor de R\$ 3.500,00
- d) perdas de capital no valor de R\$ 2.250,00

Comentários:

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Depreciável

Custo de Aquisição	65.000,00
(-) Valor Residual	(6.500,00) 10% de 65.000,00
(=) Valor Depreciável	58.500,00

Depreciação Acumulada

A vida útil estimada foi de 10 anos. Ademais, a venda ocorreu 5 anos após a compra. Assim, a depreciação acumulada será de:

$$(58.500/10) \times 5 = 29.250,00$$

Valor Contábil

Custo de Aquisição	65.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(29.250,00)
(=) Valor Contábil	35.750,00



Resultado da Venda

Resultado da venda = 40.000,00 – 35.750,00 = **4.250,00** → **ganho de capital**

Gabarito: B

9) Acerca dos critérios de avaliação do ativo e do passivo assinale a alternativa incorreta.

a) Para a realização de teste do valor recuperável de um ativo, são considerados dois valores para a comparação com o valor contábil: o valor de venda e o valor em uso desse ativo, devendo ser escolhido o maior entre os dois.

b) Se a vida útil do ativo intangível for indefinida, nenhuma amortização deve ser contabilizada.

c) No início de um contrato de arrendamento financeiro, uma empresa deve reconhecer contabilmente, ativos e passivos decorrentes da operação, pelo valor justo da propriedade arrendada ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato, caso este último seja o maior valor.

d) Uma empresa que tenha valores a receber em longo prazo, provenientes de suas vendas, deverá avaliar esses itens a valor presente para fins de levantamento de balanço patrimonial.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das opções:

a. **Certa.** Segundo a NBC TG 01 (R1),

"74. O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Para o propósito de determinar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa, qualquer referência a "um ativo", constante dos itens 19 a 57 deve ser lida como referência a "uma unidade geradora de caixa".

Assim, o valor recuperável será o **maior** entre o valor em uso e o valor justo líquido da venda.

b. **Certa.** Segundo a NBC TG 04, a entidade deve avaliar se a vida útil de ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil.

A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.



De posse desse conhecimento, percebe-se que o item está certo.

Lembre-se:

Ativo intangível com vida útil INDEFINIDA → NÃO deve ser amortizado.
Ativo intangível com vida útil DEFINIDA → DEVE ser amortizado.

c. **Errada**. Segundo a NBC TG 06,

*20. No começo do prazo de arrendamento mercantil, os arrendatários devem reconhecer, em contas específicas, os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, **se inferior**, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil [...].*

Logo, corrigindo o item, temos:

*No início de um contrato de arrendamento financeiro, uma empresa deve reconhecer contabilmente, ativos e passivos decorrentes da operação, pelo valor justo da propriedade arrendada ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato, caso este último seja o **menor** valor.*

d. **Certa**. Trata-se de exigência literal do disposto no art. 183, VIII, da Lei nº 6.404/76, senão vejamos:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII - os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeitos relevantes.

Ainda, segundo a NBC TG 12,

os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Gabarito: C

10) Uma sociedade empresarial teve somente parte do seu Capital Social integralizado. No exercício social seguinte, um dos sócios decidiu



integralizar a quantia de R\$ 140.000,00 através da transferência de um imóvel para a sociedade. O registro contábil correto desta operação é:

- a) D Capital a Integralizar R\$ 140.000,00
C Capital Social R\$ 140.000,00.
- b) D Bancos C/ Movimento R\$ 140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 140.000,00.
- c) D Imóveis R\$140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 70.000,00.
- d) D Imóveis R\$ 140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 140.000,00.

Comentários:

Inicialmente, somente parte do capital foi integralizado. Vamos imaginar que o valor total é R\$ 200.000,00. O lançamento, portanto, será:

D – Capital social a integralizar (Retificadora do PL)

C – Capital social (PL)

Capital social		Capital a integralizar	
	200.000,00		200.000,00

Quando o capital for integralizado. É só lançar:

D – Imóveis (Ativo) 140.000,00

C – Capital a integralizar 140.000,00

Capital social		Capital a integralizar		Imóveis	
	200.000,00		200.000,00	140.000,00	

Gabarito → D.

11) Uma empresa, ao pagar uma duplicata antes do vencimento, recebe um desconto de 10% no valor a pagar. Sabendo-se que o valor que saiu do caixa (o valor pago) foi de R\$ 18.000,00, o lançamento correto desta operação no livro Diário é:

- a) DÉBITO Duplicatas a pagar R\$ 20.000,00
CRÉDITO Caixa R\$ 18.000,00
CRÉDITO Descontos Obtidos R\$ 2.000,00.



b)	DÉBITO	Duplicatas a pagar	R\$ 18.000,00
	CRÉDITO	Descontos Obtidos	R\$ 1.800,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$ 16.200,00.
c)	DÉBITO	Duplicatas a pagar	R\$ 20.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$ 18.000,00
	CRÉDITO	Descontos Concedidos	R\$ 2.000,00.
d)	DÉBITO	Descontos Obtidos	R\$ 2.000,00
	DÉBITO	Caixa	R\$ 18.000,00
	CRÉDITO	Duplicatas a pagar	R\$ 20.000,00.

Comentários:

Bom, se o valor que saiu do caixa é de 18.000,00 e isso equivale a 90% do valor total, é só fazer a conta para acharmos o valor original:

$$\begin{array}{r} 90\% \qquad \qquad \qquad 18.000 \\ 100\% \qquad \qquad \qquad X \\ X = 20.000,00 \end{array}$$

Portanto, quando contraímos a obrigação, o valor lançado foi (supondo que foi uma compra de mercadoria:

Duplicatas a pagar (Pass)		Estoques (Ativo)	
	20.000,00	20.000,00	

Ok! Na hora de pagar, tivemos um desconto. Isso é um ganho para a empresa, portanto, uma receita. Mas, na hora de dar baixa, temos que baixar os 20.000,00. Ora, não podemos dar baixa só em 18.000,00 e deixar 2.000,00 na conta duplicatas a pagar, pois isso implicaria em deixar remanescente ali uma obrigação que não existe mais. Fica assim:

Duplicatas a pagar (Pass)		Caixa		Descontos obtidos (Rec)	
20.000,00	20.000,00	18.000,00		2.000,00	

Gabarito → A.

12) Com base no Código de Ética Profissional do Contabilista, analise as situações hipotéticas apresentadas abaixo, relacionadas ao comportamento dos profissionais da Contabilidade, e assinale a opção CORRETA.

I – Determinado cliente decidiu substituir o contabilista responsável pela contabilidade de sua empresa. Uma vez ocorrida a mudança, é correto afirmar que o profissional substituído deverá informar ao profissional



substituto os fatos que devem ser de seu conhecimento, para o bom exercício de suas funções.

II – Determinado proprietário de uma organização contábil resolveu contratar um profissional não habilitado para desenvolver trabalhos de contabilidade. Nesse caso, o profissional contratante não infringe o Código de Ética Profissional do Contabilista desde que a responsabilidade pelos trabalhos efetuados seja, exclusivamente, dele (proprietário da organização contábil).

III - Um perito-contador, indicado pelo juiz para atuar em uma questão relativa a uma dissolução de sociedade, recusou-se a assumir o trabalho por não se achar capacitado.

De acordo com as três situações acima descritas, o comportamento do profissional da Contabilidade está em **DESACORDO** com o prescrito no Código de Ética Profissional do Contabilista nos itens:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.

Comentários:

I – **Certo**. Segundo o CEPC,

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

II – **Errado**. Segundo o CEPC,

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade:

V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;

III – **Certo**. Segundo o CEPC,

Art. 5º O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá:

I – recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;

Gabarito: D



13) São penalidades previstas no Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade, EXCETO:

- a) Censura Pública.
- b) Censura Reservada.
- c) Advertência Pública.
- d) Advertência Reservada.

Comentários:

A questão exige conhecimentos sobre as penalidades aplicáveis em caso de transgressão a preceito estabelecido no CEPC.

As penalidades estabelecidas pelo CEPC são:

- **Advertência Reservada;**
- **Censura Reservada;**
- **Censura Pública.**

Atenção! Não há penalidade de Advertência Pública!

Gabarito: C

14) De acordo com o que determina a NBC PG 100 – Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A NBC PG 100 foi elaborada de acordo com o Código de Ética da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e, portanto, existem algumas disposições que acabam conflitando com o Código de Ética dos Profissionais da Contabilidade;

II. O não cumprimento de parte da NBC PG 100 por determinação legal ou regulamentar não desobriga o profissional do cumprimento daquilo que não for vedado.

III. A NBC PG 100 estabelece a estrutura conceitual que o profissional da contabilidade deve aplicar para identificar ameaças ao cumprimento dos princípios éticos; avaliar a importância das ameaças identificadas; e aplicar salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III apenas.
- d) III, apenas.



Comentários:

Vamos analisar cada um dos itens.

I. **Errado**. A NBC PG 100 de fato foi elaborada de acordo com o Código de Ética da Federação Internacional de Contadores (IFAC). No entanto, não existem conflitos entre aquela Norma e o Código de Ética dos Profissionais da Contabilidade.

II. **Certo**. Segundo a NBC PG 100,

*Uma marca característica da profissão contábil é a aceitação da responsabilidade de agir no interesse público. Portanto, a **responsabilidade do profissional da contabilidade não é exclusivamente satisfazer as necessidades do contratante**. Ao agir no interesse público, o profissional da contabilidade deve observar e cumprir esta Norma. O não cumprimento de parte desta Norma por determinação legal ou regulamentar não desobriga o profissional do cumprimento daquilo que não for vedado.*

III. **Certo**. A NBC PG **estabelece a estrutura conceitual que o profissional da contabilidade deve aplicar para:**

- **Identificar ameaças** ao cumprimento dos **princípios éticos**;
- **Avaliar a importância das ameaças** identificadas; e
- **Aplicar salvaguardas**, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.

Gabarito: C

15) Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes gastos mensais:

Aquisição de matéria-prima no período	R\$ 25.000,00
Comissão devida aos vendedores pela venda de produtos no mês	R\$ 5.000,00
Tributos sobre o lucro	R\$ 2.000,00
Imobilizado adquirido a prazo	R\$ 65.000,00

Considerando-se as terminologias utilizadas em custos, assinale a opção CORRETA.

- a) O total dos investimentos é de R\$65.000,00; e o total das despesas é de R\$32.000,00.
- b) O total dos investimentos é de R\$65.000,00; o total dos custos é de R\$25.000,00; e o total das despesas é de R\$7.000,00.
- c) O total dos investimentos é de R\$90.000,00; e o total das despesas é de R\$7.000,00.



d) O total dos investimentos é de R\$90.000,00; o total dos custos é de R\$2.000,00; e o total das despesas é de R\$5.000,00.

Comentários:

Vamos recordar os conceitos:

Custo é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

INVESTIMENTO: Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).

DESPESA: Bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.

Vamos analisar:

Aquisição de matéria prima: a matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como **investimento** circulante.

Comissão devida aos vendedores pela venda de produtos no mês : Despesa.

Tributos sobre o lucro: despesa.

Imobilizado adquirido a prazo: Investimento.

Assim, temos:

Aquisição de matéria-prima no período	R\$ 25.000,00
Imobilizado adquirido a prazo	R\$ 65.000,00
Total de Investimento	R\$90.000,00

Comissão devida aos vendedores pela venda de produtos no mês	R\$ 5.000,00
Tributos sobre o lucro	R\$ 2.000,00
Total de despesa	R\$ 7.000,00

Gabarito → C

16) No mês de janeiro de 2015, uma indústria produziu 1.100 unidades de seu único produto. Nesse mês, não havia estoque inicial e ficaram 110 unidades acabadas e não vendidas até o dia 31.

Os custos do mês de janeiro foram:



. Mão de Obra Variável	R\$ 68.300,00
. Matéria-Prima	R\$ 56.400,00
. Outros Custos Variáveis	R\$ 32.600,00
. Custos Fixos	R\$ 33.000,00

Os valores totais do Estoque Final pelo Custeio por Absorção e pelo Custeio Variável são respectivamente:

- A) R\$ 19.030,00 e R\$ 15.730,00
- B) R\$ 15.180,00 e R\$ 11.880,00
- C) R\$ 15.730,00 e R\$ 19.030,00
- D) R\$ 11.880,00 e R\$ 15.180,00

Comentários:

Custeio significa apropriação de custos. É o método utilizado para apropriar os custos de produção aos produtos. Vamos examinar rapidamente os métodos do custeio por absorção e do custeio variável (também denominado custeio direto).

Custeio: método utilizado para apropriar os custos de produção aos produtos.

Custeio por Absorção: É o método resultante da aplicação dos Princípios de Contabilidade. Consiste na **apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.**

Principais características do Custeio por Absorção:

- Atende aos princípios de contabilidade.
- Apropria todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

Custeio Variável ou Custeio Direto: Nesse método de custeio, **apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos. Os custos fixos são tratados como despesas do período**, sendo lançados diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Custeio Variável ou Direto pode ser usado para fins gerenciais, mas não na contabilidade oficial, pois fere o princípio da Competência, especialmente na parte referente ao confronto das receitas e despesas.

Custeio por absorção	Custeio variável
Atende aos princípios de contabilidade	Não atende aos princípios de contabilidade
Apropria todos os custos ao produto	Custos variáveis vão para o produto, custos fixos vão para despesa



Muito bem. Como a questão não apresenta alternativas repetidas, vamos calcular rapidamente o valor do estoque pelo Custeio Variável:

Mão de Obra Variável	R\$ 68.300,00
Matéria Prima	R\$ 56.400,00
Outros Custos Variáveis	R\$ 32.600,00
Total custos variáveis	R\$ 157.300,00

Custo variável Unitário: $\$157.300 / 1100 \text{ unidades} = \$143,00$

Estoque final pelo custeio variável:
 $110 \text{ unidades} \times \$ 143,00 = \$ 15.730,00$

Já podemos indicar a resposta: letra A.

O cálculo do estoque pelo custeio por absorção fica assim:

Mão de Obra Variável	R\$ 68.300,00
Matéria Prima	R\$ 56.400,00
Outros Custos Variáveis	R\$ 32.600,00
Custos Fixos	R\$ 33.000,00
Total custos	R\$ 190.300,00

Custo unitário: $\$190.300 / 1100 \text{ unidades} = \$ 173,00$

Estoque final pelo custeio por absorção:
 $110 \text{ unidades} \times \$ 173,00 = \$19.030,00$

Gabarito → A

17) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00



Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.

Comentários:

Essa é para resolver de cabeça. Veja as informações da questão:

Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000.

Gabarito → B

18) Uma Sociedade Empresária adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor total de R\$30.000,00. Nesse valor, estão incluídos R\$5.100,00 relativos a ICMS Recuperável.

O transporte das mercadorias, no valor de R\$2.000,00, foi pago pela empresa vendedora, sem reembolso pela adquirente.

A Sociedade Empresária apura PIS e Cofins pelo Regime de Incidência Não Cumulativo.

Considerando-se o disposto na NBC TG 16 (R1) – Estoques, e que as alíquotas a serem utilizadas para cálculo do valor recuperável de PIS e Cofins no Regime de Incidência Não Cumulativo são, respectivamente, 1,65% e 7,6%, o Custo de Aquisição das mercadorias é de:

- a) R\$18.437,50.
- b) R\$18.830,62.
- c) R\$20.437,50.
- d) R\$22.125,00.

Comentários:

Segundo o CPC 16 – Estoques:



Custos do estoque

10. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Custos de aquisição

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (NR) (Nova Redação dada pela Revisão CPC nº. 1, de 8/01/2010)

Assim, o custo de aquisição dos estoques compreende:

- 1) Preço de compra
- 2) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis).
Os tributos recuperáveis são:
 - a) Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
 - b) Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 3) Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

As devoluções, os descontos comerciais e os abatimentos devem ser deduzidos do custo de aquisição.

Apuração do custo de compra	
Valor de compra	R\$ 30.000,00



(-) ICMS recuperável	-R\$ 5.100,00
(-) PIS 1,65%	-R\$ 495,00
(-) COFINS 7,6%	-R\$ 2.280,00
Compras líquidas	R\$ 22.125,00

Como o transporte não teve custo algum para o comprador, não integrará o custo dos produtos.

Gabarito → D.

19) Uma Sociedade apresentou os seguintes dados, para efeito de planejamento de vendas para o mês de setembro de 2015:

Dados	Valor
Custos e Despesas Variáveis	R\$250,00 por unidade
Custos e Despesas Fixos	R\$600.000,00 ao mês
Preço de Venda	R\$750,00 por unidade
Lucro desejado	R\$80.000,00 no período

Com base nos dados apresentados, é CORRETO afirmar que o Ponto de Equilíbrio Contábil é de:

- A) 1.200 unidades.
- B) 1.360 unidades.
- C) 600 unidades.
- D) 680 unidades.

Comentários:

Questão clássica de ponto de equilíbrio. A banca informa o preço de venda, os custos e despesas variáveis, os custos e despesas fixas, o lucro desejado no período...e pede o ponto de equilíbrio contábil.

Prezados, para que serve o "Lucro desejado de R\$ 80.000,00 no período"?

Serve para o examinador te induzir a calcular o ponto de equilíbrio **econômico** e errar a questão.

Vamos lembrar:

Ponto de equilíbrio **contábil** = (Custo fixos + despesas fixas)/margem de contribuição unitária.

Ponto de equilíbrio **financeiro**: Não leva em conta a Depreciação, Amortização e Exaustão (que diminuem o lucro, mas não representam saída de caixa).



Ponto de equilíbrio **econômico**: Considera o Custo de Oportunidade no cálculo do ponto de equilíbrio.

Assim, o Lucro Desejado seria usado para calcular o ponto de equilíbrio econômico, mas não serve para nada no cálculo do ponto de equilíbrio contábil.

Vamos calcular:

Margem de contribuição unitária = Preço de Venda - Custos e Despesas Fixos

Margem de contribuição unitária (**MCU**) = \$750,00 - \$250,00 = \$500

Ponto de equilíbrio contábil (**PEC**) = custos e despesa fixos / MCU

PEC = \$ 600.000 / \$ 500 = **1.200 unidades**

Amigos, devemos ficar atentos para as “pegadinhas” da banca. Informar o “lucro desejado” ou a “despesa de depreciação” e pedir o Ponto de Equilíbrio Contábil é uma das mais corriqueiras. Não caia nessa!

Gabarito → A

20) Uma Sociedade Empresária apresenta os seguintes dados:

- Custo de Aquisição dos produtos	R\$40,00
- ICMS sobre a venda	18,00%
- PIS sobre a venda	0,65%
- Cofins sobre a venda	3,00%
- Comissão sobre as vendas	5,00%
- Margem líquida desejada	40,00%

Com base nos dados informados, o preço de venda mínimo do produto deve ser de, aproximadamente:

- a) R\$90,94.
- b) R\$98,94.
- c) R\$106,94.
- d) R\$119,94.

Comentários:

Podemos resolver facilmente esta questão usando a estrutura da Demonstração dos Resultados. Assim:

DRE	Valor	Percentual
Receita Bruta (Preço de venda)		100,00%
(-) ICMS sobre venda		-18,00%



(-) PIS sobre venda		-0,65%
(-) Cofins sobre venda		-3,00%
Receita Líquida		78,35%
Custo Mercadoria Vendida	R\$ 40,00	???????
(-) Comissões sobre a venda		5,00%
Margem líquida desejada		40,00%

Receita líquida 78,35% - Comissões 5,00% = 73,35%
 73,35% - CMV = 40%
 CMV = 33,35%

Agora só precisamos dividir o CMV de \$40,00 pelo percentual encontrado de 33,35%:

$$\$40,00 / 33,35\% = R\$119,94$$

Aqueles versados nas artes matemáticas e aritméticas (o que infelizmente não é o meu caso...), podem resolver assim:

$$100\% - 18\% - 0,65\% - 3\% - 5\% - 40\% = 33,35\%$$

$$\$40,00 / 33,35\% = R\$ 119,94$$

A DRE completa fica assim:

DRE	Valor	Percentual
Receita Bruta (Preço de venda)	R\$ 119,94	100,00%
(-) ICMS sobre venda	-R\$ 21,59	18,00%
(-) PIS sobre venda	-R\$ 0,78	0,65%
(-) Cofins sobre venda	-R\$ 3,60	3,00%
Receita Líquida	R\$ 93,97	78,35%
Custo Mercadoria Vendida	-R\$ 40,00	-33,34%
Lucro Bruto	R\$ 53,97	45,01%
(-) Comissões sobre a venda	-R\$ 6,00	-5,00%
Margem líquida desejada	R\$ 47,98	40,00%

Gabarito → D

21) Uma empresa contratou um seguro contra incêndios em 30 de junho de 2013, cuja vigência é de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014. O valor do prêmio pago foi de R\$ 4.800,00. De acordo com o regime de competência de exercícios e considerando que o período contábil da empresa coincide com o ano-calendário, qual é o lançamento contábil correto a ser realizado na empresa no dia 31 de dezembro de 2013, para apropriar a parcela da despesa do prêmio que beneficiou o exercício?



a)	D – Seguros Pagos Antecipadamente	4.800,00
	C – Caixa	4.800,00
b)	D – Seguros Pagos Antecipadamente	4.800,00
	C – Despesas de Seguros	4.800,00
c)	D – Despesas de Seguros	2.400,00
	C – Seguros Pagos Antecipadamente	2.400,00
d)	D – Caixa	2.400,00
	C – Seguros Pagos Antecipadamente	2.400,00

Comentários:

A demonstração do resultado do exercício é a demonstração contábil que apresenta o cotejo entre receitas e despesas da entidade. Se as receitas suplantarem as despesas, temos a ocorrência de lucro. Ao contrário, sobrepondo-se as despesas às receitas, temos prejuízo.

Tudo isso conforme o pressuposto contábil de **competência**, pelo qual as receitas e despesas devem ser reconhecidas independentemente de pagamento ou recebimento. A Lei 6.404/76 é clara ao ordenar a utilização do **regime de competência na contabilidade**:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

No momento da contratação do seguro, a contabilização efetuada foi:

D – Seguros Pagos Antecipadamente	4.800,00
C – Caixa	4.800,00

Atendendo ao Princípio da Competência, nesse momento ainda não podemos reconhecer a despesa de seguro no resultado. Esse reconhecimento será feito a cada período de apuração.

Ao final do exercício, 31.12.2013, a empresa reconhecerá a despesa incorrida desde o momento da contratação, isto é, a metade do período de vigência do seguro: **seis meses**.

Contabilização:



D – Despesas de Seguros	2.400,00
C – Seguros Pagos Antecipadamente	2.400,00

Vale ressaltar que se apuração fosse mensal, a despesa seria de $4800/12 = R\$ 400$, como fizemos de maneira semestral, atendendo ao comando da questão, a despesa foi de $6*400 = R\$ 2.400$

Gabarito → C

22) DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período. Com base nos conceitos e na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, analise as afirmativas abaixo e responda a alternativa correta:

I. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, não devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não.

II. No Valor adicionado recebido em transferência devem ser registrados o Resultado de equivalência patrimonial, as receitas financeiras e outras receitas.

III. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos e lucros retidos/prejuízos do exercício.

- a) Todas estão corretas
- b) Todas estão incorretas
- c) Apenas a I e III estão corretas
- d) Apenas a I está incorreta

Comentários:

Vamos comentar cada alternativa:

I. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, **não devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não.**

Errado, na DVA no grupo Venda de mercadorias, produtos e serviços – **deve-se incluir** os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto



ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

II. No Valor adicionado recebido em transferência devem ser registrados o Resultado de equivalência patrimonial, as receitas financeiras e outras receitas.

Correto, conforme determina o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o Valor Adicionado Recebido em transferência irá evidenciar os seguintes grupos:

Resultado de equivalência patrimonial – o resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.

Receitas financeiras – inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.

Outras receitas – inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

III. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos e lucros retidos/prejuízos do exercício.

Correto, a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

Gabarito → D

23) O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia-geral, no prazo de _____ dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. Complete a lacuna:

- a) 30 (trinta).
- b) 60 (sessenta).
- c) 45 (quarenta e cinco).
- d) 90 (noventa).

Comentários:

Dividendos representam a remuneração do capital dos sócios. Quando você emprega dinheiro em uma sociedade, espera receber um retorno. E o principal recebimento dos sócios são os dividendos.

Os dividendos são pagos caso haja lucro. Mas qual o valor? Como funciona?

Segundo a Lei das Sociedades por Ações:



Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto (...)

Portanto, **a regra é a distribuição de dividendos obrigatórios ao final de cada exercício social**, pelo lançamento seguinte:

- D – Lucros acumulados (PL)
- C – Dividendos a pagar (passivo)

O primeiro ponto a salientar é que **o estatuto é livre para fixar o percentual que pagará a título de dividendos obrigatórios**.

Em uma sociedade por ações, geralmente temos dois tipos de acionistas: ordinários (que têm direito a voto) e preferenciais (que, geralmente, abrem mão do seu direito a voto em troca de pagamento de dividendos melhores).

E se o estatuto não fixar o percentual, não fixar base de cálculo, não falar nada?

Pois bem, se o **estatuto for omissivo** sobre o valor a ser pago a título de dividendos, aplicamos a regra prevista no inciso I do artigo 202, que propõe:

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

Caso seja **omissivo**, temos de ajustar a base de acordo com o exposto acima.

Contudo, **caso venha a fixar depois, não poderá fazê-lo em menos de 25% do percentual do lucro líquido ajustado, mostrado acima**.

Fica assim:

Dividendos	
Estatuto expresso	Fixa o quanto quiser
Estatuto omissivo (base de cálculo): 50% do lucro líquido ajustado, que é	Lucro líquido do exercício
	- Reserva legal
	- Reserva para contingências



encontrado da seguinte maneira	+ Reversão de reserva para contingências
	- Reserva de incentivos fiscais (facultativo)
	- Reserva emissão de debent. (facultativo)
Se fixar depois	Mínimo 25% do valor do lucro ajustado acima

Por seu turno, segundo a LSA:

Art. 205. § 3º O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia-geral, no prazo de **60 (sessenta) dias** da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Gabarito → B

24) A direção da empresa Delta está preocupada com a estimativa feita pelo departamento de contabilidade de redução de 20% dos lucros no próximo exercício, caso o processo fabril seja interrompido devido à escassez de matéria-prima no mercado provocado por um furacão na Ásia.

Caso a empresa decida se precaver em relação a essa situação deverá constituir:

- a) Provisão para perdas eventuais.
- b) Provisão para contingências.
- c) Reserva de lucros a realizar.
- d) Reserva para contingências.

Comentários:

A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em **exercício futuro**, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva (LSA, art. 195, §1º).

A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda (LSA, art. 195, §2º).

O termo contingência, em contabilidade, quando usada sem nenhuma qualificação (como ativa ou passiva), é usado para se referir a problema previsto, sobre o qual existe dúvida acerca de sua ocorrência.

As reservas de contingências, especificamente, objetivam salvaguardar o capital social, de modo que se posteriormente algo acontecer, decorrente



de perda julgada provável cujo valor possa ser estimado, a companhia esteja preparada.

Exemplo extraído do Manual de Contabilidade Societária – FIPECAFI (pág. 350):

Podem ser constituídas reservas de contingências para:



- Geadas ou secas, que podem atingir empresas com plantações, criações ou **estoques** nessas áreas, ou ainda as que dependem desses produtos para suas operações, como no caso de empresas comerciais ou industriais que utilizem tais produtos como matérias-primas em seu processo produtivo.



- Cheias, inundações e outros fenômenos naturais que podem ocorrer ciclicamente nas áreas onde se localizam estoques ou instalações da empresa, gerando prejuízos efetivos por perdas de bens, por paralisação temporária das operações.

Suponhamos que tal perda provável possa ser estimada em um montante de R\$ 100.000,00. A empresa, então, lançará:

D – Lucros acumulados 100.000,00
C – Reserva para contingências 100.000,00

Lucros acumulados (PL)		Reservas para contingências (PL)	
100.000,00			100.000,00

Se essa perda vier realmente ocorrer, havendo um prejuízo no exercício subsequente no montante de R\$ 100.000,00, o patrimônio líquido ficará da seguinte forma:

Patrimônio Líquido

Capital Social 1.000.000,00
Reserva para contingências 100.000,00
Prejuízos acumulados (100.000,00)
Total 1.000.000,00

Veja que a reserva para contingências realmente salvou o nosso capital social. Se não tivéssemos constituído a reserva a empresa ficaria com um PL de 900.000,00 (1 milhão – 100.000). Entretanto, como houve a prudente constituição, o capital social permanecerá intacto.



O lançamento de compensação da reserva com o Prejuízo é:

D – Reserva para contingências 100.000,00

C – Lucros/Prejuízos acumulados 100.000,00

Prejuízos acumulados (PL)		Reservas para contingências (PL)	
100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00

Importante distinção é a que devemos fazer entre a **reserva para contingências** da **provisão para contingências**.

Uma excelente explicação sobre a diferença está nesta nota explicativa da CVM:

“Com o objetivo de dissipar eventuais dúvidas quanto à aplicabilidade da constituição de reservas ou de provisão para contingências, estabelecemos a seguir as características de cada uma. Os principais fundamentos para constituição da reserva para contingência são:

- Dar cobertura a perdas ou prejuízos potenciais (extraordinários, não repetitivos) ainda não incorridos, mediante segregação de parcela de lucros que seria distribuída como dividendo;
- Ocorrendo ou não o evento esperado, a parcela constituída será, em exercício futuro, revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo para efeito de pagamento do dividendo e a perda, de fato ocorrendo, é registrada no resultado do exercício;
- É uma conta integrante do patrimônio líquido, no grupamento de reserva de lucros.
- Representa uma destinação do lucro líquido do exercício, contrapartida da conta de lucros acumulados, por isso sua constituição não afeta o resultado do exercício;

2. Quanto à provisão para contingências suas particularidades são:

- tem por finalidade dar cobertura a perdas ou despesas, **cujo fato gerador já ocorreu**, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda. Em atenção ao regime de competência, entretanto, há necessidade de se efetuar o registro contábil;
- representa uma apropriação ao resultado do exercício, contrapartida de perdas extraordinárias, despesas ou custos e sua constituição normalmente influencia o resultado do exercício ou os custos de produção;
- deve ser constituída independentemente de a companhia apresentar, afinal, lucro ou prejuízo no exercício;
- visto que o evento que serviu de base à sua constituição já ocorreu, não há, em princípio, reversão dos valores registrados nessa provisão. A



pequena sobra ou insuficiência é decorrente do cálculo estimativo feito à época da constituição;
 e) não está sujeita à atualização monetária patrimonial (art. 185, LEI Nº 6.404/76) e sim à decorrente da natureza do evento que a originou;
 f) finalmente, se a probabilidade for difícil de calcular ou se o valor não for mensurável, há necessidade de uma nota explicativa esclarecendo o fato e mencionando tais impossibilidades.”

Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas

Retornado à questão, como a situação de contingência é **futura**, a empresa poderá constituir uma **Reserva de Contingência**.

Gabarito → D

25) De acordo com a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, em relação aos Ativos Imobilizados, assinale a opção INCORRETA.

- a) O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- b) Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica ilimitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.
- c) Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.
- d) Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

Comentários:



As opções "a", "c" e "d" são transcrições literais da NBC T 16.10. A opção "b" está incorreta, pois somente os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica **LIMITADA** ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão. Para fins de revisão, abaixo transcrevemos o disposto na NBC T 16.10 sobre o ativo imobilizado:

24. O **ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no **valor de aquisição, produção ou construção**.

25. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica **limitada**, ficam sujeitos a **depreciação, amortização ou exaustão** sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

26. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

27. O critério de avaliação dos ativos do imobilizado obtidos a título gratuito e a eventual impossibilidade de sua mensuração devem ser evidenciados em notas explicativas.

28. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro **gasto que não gere benefícios futuros** deve ser reconhecido como **despesa** do período em que seja incorrido.

29. No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, o mesmo deve ser evidenciado em notas explicativas.

30. **Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante** da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.

31. A mensuração dos bens de uso comum será efetuada, sempre que possível, ao **valor de aquisição ou ao valor de produção e construção**.

Gabarito: B



26) Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo e assinale a opção CORRETA .

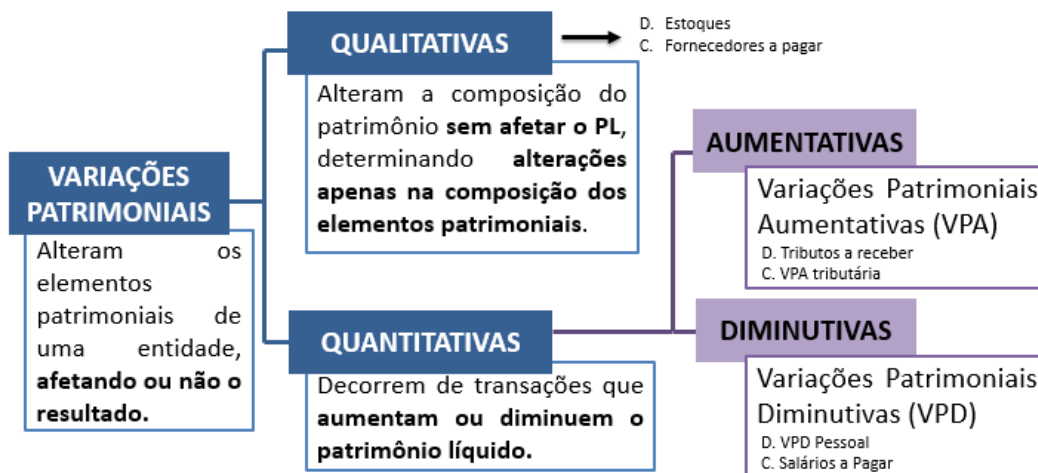
- A. Lançamento de imposto, na data da ocorrência do fato gerador.
- B. Aquisição de imóveis a prazo.
- C. Contratação de operação de crédito.
- D. Consumo de material de expediente.

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.

Comentários:

A questão exige conhecimentos sobre as variações patrimoniais. Basicamente, você deve saber o seguinte:



Vamos analisar cada um dos fatos:

A. Lançamento de imposto, na data da ocorrência do fato gerador.

Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa.

D – Créditos Tributários a Receber (P)
C – VPA – Impostos

B. Aquisição de imóveis a prazo.

Trata-se de uma **variação patrimonial qualitativa**.



- D – Imóveis
- C – Financiamentos a pagar

C. Contratação de operação de crédito.

Trata-se de uma **variação patrimonial qualitativa**.

- D – Caixa
- C – Operações de crédito a pagar

D. Consumo de material de expediente

Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

- D – Consumo material expediente (VPD)
- C – Material de consumo (ativo)

Gabarito: B

27) Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), assinale a opção INCORRETA.

- a) Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.
- b) O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- c) O Balanço Orçamentário retorna o resultado orçamentário ao serem confrontadas as receitas realizadas com as despesas realizadas. Já o balanço patrimonial permite o cálculo do resultado patrimonial.
- d) As notas explicativas são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Comentários:

Vamos analisar as opções.

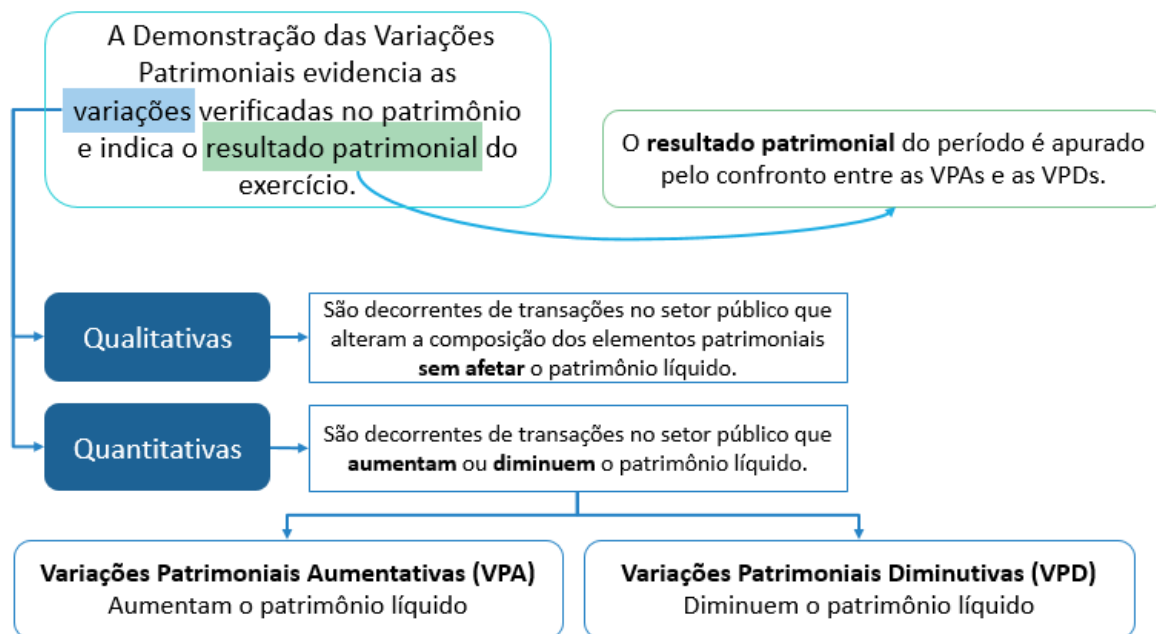
- a. **Certo**. Segundo o MCASP, na DFC as **atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Já as **atividades de investimento** são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo



prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Por fim, as **atividades operacionais** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

b. **Certo**. Trata-se da definição de balanço financeiro prevista nas normas aplicáveis.

c. **Errado**. De fato, o balanço orçamentário permite calcularmos o resultado orçamentário por meio do confronto entre as receitas e despesas realizadas. Porém, o resultado patrimonial é obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Esse resultado patrimonial é transferido para o Balanço Patrimonial para compor o saldo patrimonial.



d. **Certo**. Segundo o MCASP, as notas explicativas são **informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP**.

São consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é **facilitar a compreensão das demonstrações contábeis** a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações **relevantes** não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.



NOTAS EXPLICATIVAS

São **informações adicionais** às apresentadas nos quadros das Demonstrações. São consideradas **parte integrante** das demonstrações.

Seu objetivo é **facilitar a compreensão** das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Gabarito: C

28) A Cia. X presta serviços de perícia contábil. Em 31.12.2009, a Cia. X apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Caixa:	R\$ 15.000,00;
Clientes:	R\$ 2.000,00;
Imóvel:	R\$ 100.000,00;
Depreciação Acumulada:	R\$ 90.000,00;
Salários a Pagar (curto prazo):	R\$ 5.000,00;
Capital Social:	R\$ 18.000,00;
Reserva de Lucros:	R\$ 4.000,00.

Durante janeiro de 2010, a empresa efetuou as seguintes operações:

- Recebimento do saldo com clientes.
- Prestação de serviços a prazo no valor de R\$ 20.000,00, sendo constituída provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no valor de 5%.
- Reconhecimento da Despesa de Depreciação do imóvel, a 12% ao ano, calculada pelo método linear, considerando valor residual de R\$ 5.000,00.
- Pagamento da dívida de salários
- Reconhecimento e pagamento de despesas de salários no valor de R\$ 2.000,00.
- Reconhecimento de despesas gerais no valor de R\$6.000,00 para pagamento no mês seguinte.



Considerando a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto, qual deverá ser o valor Do Fluxo de Caixa operacional em 31.01.2010?

- a) R\$ 9.000,00 negativo.
- b) R\$ 7.000,00 negativo.
- c) R\$ 5.950,00 negativo.
- d) R\$ 5.000,00 negativo

Comentários:

DFC pelo método indireto parte-se do lucro líquido do exercício e procura-se o que não afeta o caixa (seja receita, seja despesa).

Lucro líquido

- (+) Depreciação, amortização e exaustão
- (+)(-) Resultado da equivalência patrimonial
- (+)(-) Resultado na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis
- (+) Despesas financeiras que não afetam o caixa
- (-) Receitas financeiras que não afetam o caixa

(=) Lucro ajustado

(+)(-) Variação nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo:

- Duplicatas a receber
- Clientes
- (PDD)
- (Duplicatas descontadas)
- Estoques Despesas antecipadas

(+)(-) Variação nas contas do passivo circulante e passivo não circulante:

- Fornecedores
- Contas a pagar
- Impostos a recolher

Para chegarmos ao gabarito da banca temos que elaborar o fluxo de atividades operacionais.

Quando a questão requer do candidato o valor total dos ajustes para conciliação, ela quer tanto os ajustes do Lucro Líquido quanto a variação das contas.

Pelo método indireto, precisamos apurar o Lucro Líquido do exercício com as informações apresentadas.

Demonstração do Resultado	Saldo
1 - Receitas	R\$ 20.000,00
(-) Depreciação $(100.000 - 5.000) * 0,12/12 = R\$ 950$	-R\$ 950,00



(-) Despesas com PECLD = $20.000 \times 0,05 = 1000$	-R\$ 1.000,00
(-) Despesas Gerais	-R\$ 6.000,00
(-) Despesas de salários	-R\$ 2.000,00
Lucro Líquido	R\$ 10.050,00

Assim, com as informações da questão, teremos os seguintes ajustes:

DFC Método Indireto	
Lucro Líquido	R\$ 10.050,00
(+) Depreciação	R\$ 950,00
Lucro Líquido Ajustado	R\$ 11.000,00
(+) Variação de Contas a receber	R\$ 2.000,00
(+) Variação de PECLD	R\$ 1.000,00
(-) Variação de contas a Receber (vendas a prazo)	-R\$ 20.000,00
(-) Variação de Salários a pagar	-R\$ 5.000,00
(+) Variação de contas a pagar	R\$ 6.000,00
= Fluxo de Caixa Operacional	-R\$ 5.000,00

Percebam que a resolução pelo método indireto foi bem trabalhosa e como muitos detalhes que poderiam nos induzir ao erro. Se percebêssemos que questão queria, na verdade, o fluxo operacional, poderíamos tê-lo feito pelo Método Direto:

DFC - Método Direto	Saldo
(+) Recebimento de clientes	R\$ 2.000,00
(-) pagamento de Salários	-R\$ 7.000,00
= Fluxo de Caixa Operacional	-R\$ 5.000,00

Gabarito → D

29) Um veículo foi adquirido no dia 1º de julho de 2010 pelo valor de R\$ 65.000,00. O veículo terá vida útil estimada em mais 5 anos e valor residual de R\$ 14.000,00. No momento da compra, a empresa adquirente incorreu em gastos de R\$ 3.200,00 com frete e R\$ 1.600,00 para transporte do veículo até o seu estabelecimento. Além disso, a empresa irá quitar o IPVA atrasado de R\$ 6.000,00, que não havia sido pago pelo antigo dono no ano anterior. De acordo com as informações, o valor de depreciação do veículo no ano de 2010, corresponde a

- a) R\$ 5.100,00.
- b) R\$ 5.580,00.
- c) R\$ 6.180,00.
- d) R\$ 7.580,00.

Comentários:



Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo, o qual inclui todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso.

Conforme o Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e
- (f) honorários profissionais.

Continuando...

19. Exemplos que **não são custos** de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

**Resumidamente:**

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Cálculos:

Valor de aquisição	65.000,00
+ IPVA	6.000,00
+ Frete	3.200,00
+ Frete até estabelecimento	1.600,00
Valor custo	75.800,00
(-) Valor residual	(14.000,00)
Valor depreciável	61.800,00

Depreciação de 2010 (6 meses x 61.8000/5) = 6.180,00

Gabarito → C.

30) Considere as seguintes informações sobre uma pequena empresa comercial:

- Vendeu todas as mercadorias adquiridas no período, obtendo uma receita no valor de R\$23.000,00;
- Adquiriu mercadorias para revenda no período correspondente a R\$11.000,00. Não tinha estoque inicial de mercadorias;
- Teve as seguintes despesas no período: salários – R\$6.000,00; depreciação – R\$1.000,00; serviços de autônomos contratados – R\$2.500,00; impostos – R\$500,00;
- Não obteve outras receitas;
- Distribuiu 70% do lucro entre os sócios.

Diante do exposto, a Demonstração do Valor Adicionado deverá apresentar o Valor Adicionado a Distribuir correspondente a



- a) R\$3.000,00.
- b) R\$8.400,00.
- c) R\$8.500,00.
- d) R\$9.500,00.

Comentários:

Elaborando a DVA com os dados fornecidos, temos o seguinte:

Descrição	Saldo
1 - Receitas	R\$ 23.000,00
1.1 - Venda de Mercadorias	
2 - Insumos adquiridos de terceiros	-R\$ 13.500,00
2.1 - CMV	-R\$ 11.000,00
2.2 - Serviços Autônomos	-R\$ 2.500,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	R\$ 9.500,00
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão	-R\$ 1.000,00
5 - Valor Adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)	R\$ 8.500,00
6 - Valor adicionado recebido em transferência	R\$ -
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	R\$ 8.500,00

Gabarito → B

31) De acordo com a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O tamanho da amostra é diretamente proporcional ao risco que o auditor está disposto a aceitar, ou seja, quanto menor o risco desejado, menor deve ser o tamanho da amostra.
- II. Ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.
- III. O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, V.
- d) V, V, V.

Comentários:

I – FALSO. O tamanho da amostra é **INVERSAMENTE proporcional** ao risco que o auditor está disposto a aceitar, ou seja, quanto **menor o risco**



desejado, **MAIOR** deve ser o tamanho da **amostra**, o que torna a alternativa C incorreta, sendo o gabarito da questão.

II – VERDADEIRO.

III – VERDADEIRO. Lembrem-se que podemos ter a amostragem probabilística (base em estatística) e a não probabilística (julgamento profissional do auditor).

Assim, podemos concluir que a alternativa que atende ao resultado encontrado (F-V-V) é a de letra B.

Gabarito: B

32) As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas. As notas explicativas devem:

I. Apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas.

II. Divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis.

III. Corrigir distorções encontradas na mensuração dos componentes da demonstração contábil a que se refere.

IV. Prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Segundo o CPC 26, estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

Comentários:

O CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis também fornece informações sobre as Notas Explicativas.

112. As notas explicativas devem:

(a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas de acordo com os itens 117 a 124;



- (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e
- (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Percebemos que os itens I, II e IV estão de acordo com a literalidade do CPC – 26.

A única alternativa que está incorreta é a III, porque não é função das Notas Explicativas corrigir distorções encontradas na mensuração dos componentes da demonstração contábil.

Gabarito → C

33) Segundo o CPC 27 – Ativo Imobilizado, como devem ser tratadas contabilmente as aquisições de terrenos adquiridos já com construção de edifícios?

- a) Contabilizar e depreciar separadamente.
- b) Contabilizar e depreciar em um único registro, pois a valorização do terreno afeta o valor do edifício.
- c) Contabilizar separadamente e aplicar depreciação apenas ao edifício.
- d) Contabilizar e depreciar apenas o edifício, pois o valor do terreno está incluso no custo de aquisição.

Comentários:

Segundo o CPC 27, item 58, temos que:

Terrenos e edifícios são **ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções**, como as pedreiras e os locais usados como aterro, os **terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados**. Os edifícios têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta o valor contábil do edifício.

Assim, a empresa deve contabilizar separadamente os terrenos e o edifício e aplicar depreciação apenas ao edifício.

Gabarito → C

34) A Sociedade Anônima “A” controla a Sociedade Anônima “B” por meio de uma participação direta de 40% e uma participação indireta de 20%. Em 31.12.2015, a Sociedade Anônima “B” apurou um lucro líquido de



R\$200.000,00, dos quais R\$50.000,00 referem-se a lucro com venda de mercadorias para a Controladora.

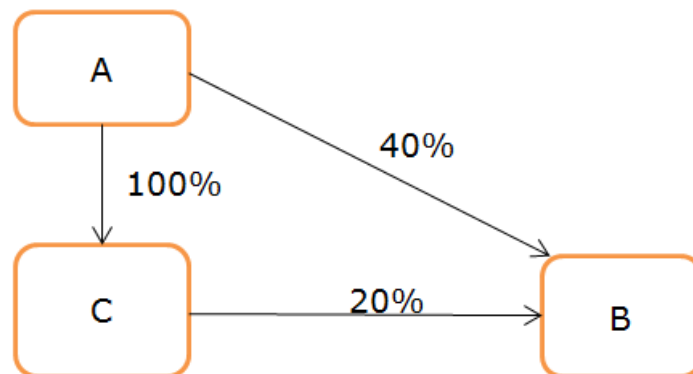
Na data da apuração do resultado do período, não havia resultados não realizados de operações entre as duas Sociedades. Considerando-se os dados apresentados, o Resultado da Equivalência Patrimonial relativo à participação da Sociedade Anônima "A" na Sociedade Anônima "B" é igual a:

- a) R\$60.000,00.
- b) R\$80.000,00.
- c) R\$120.000,00.
- d) R\$150.000,00.

Comentários:

A questão apresenta duas interessantes pegadinhas. A primeira é referente à participação da controladora. A empresa "A" tem participação direta em "B" de 40%. Tem também uma participação indireta de 20%. Isso significa que "A" tem uma participação, digamos, na empresa "C", e através dessa participação em "C" controla 20% de "B".

Considere a figura abaixo. A controla 40% de B, diretamente; e controla 100% de C, que controla 20% de B. Portanto, A controla 20% de B, indiretamente.



Quanto à equivalência patrimonial de B: a empresa A recebe 40% e empresa C recebe 20%.

Ou seja: A só recebe, como resultado da equivalência patrimonial, a sua participação direta.

Vejamos a segunda pegadinha. A questão menciona que " a Sociedade Anônima "B" apurou um lucro líquido de R\$200.000,00, dos quais R\$50.000,00 referem-se a lucro com venda de mercadorias para a Controladora".



E também que “Na data da apuração do resultado do período, não havia resultados não realizados de operações entre as duas Sociedades.”

Assim, não há Lucro não Realizado entre as empresas, portanto não há necessidade de nenhum ajuste. A participação pode ser calculada diretamente sobre o lucro líquido.

Lucro de B \$200.000 x 40% = \$80.000

Gabarito → B

35) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente, de acordo com a NBC T 19.8:

- a) Deve ser reconhecido contabilmente como ativo, desde que seja possível quantificá-lo.
- b) Não deve ser reconhecido como ativo.
- c) Não deve ser reconhecido como ativo, a menos que seja avaliado por peritos e amortizado pelo prazo que vier a ser definido no laudo da avaliação.
- d) Deve ser reconhecido como ativo, porém não deverá ser amortizado, somente submetido ao teste de valor recuperável.

Comentários:

Segundo a norma NBC T 19.8:

47. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

Em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos na Resolução do CFC. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

Gabarito → B.



36) Segundo a NBC TG 06 – Arrendamento mercantil, indique a alternativa correta

- a) A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional depende exclusivamente da forma como o contrato foi efetuado.
- b) Quando os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações, o arrendamento será considerado operacional.
- c) Se a propriedade do ativo se transferir ao final do arrendamento mercantil mediante um pagamento variável igual ao valor justo no momento, o arrendamento será considerado financeiro.
- d) Caso o arrendatário tenha a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida, o arrendamento será considerado financeiro.

Comentários:

Alternativa A – INCORRETA: Conforme o Pronunciamento, item 10. A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional depende da essência da transação e não da forma do contrato.

Alternativa B – INCORRETA: neste caso, o arrendamento será considerado financeiro.

Alternativa C - INCORRETA: Se o pagamento ao final do contrato for pelo valor justo, será arrendamento operacional.

Alternativa D – CORRETA. Cópia do item 10, letra b do Pronunciamento.

Gabarito → D.

37) Em relação aos procedimentos de auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) A auditoria das demonstrações contábeis não exime as responsabilidades da administração ou dos responsáveis pela governança.
- b) As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela administração da entidade, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
- c) As NBC Técnicas impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e não se sobrepõem às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades.



d) O objetivo da auditoria das demonstrações contábeis é garantir aos usuários a continuidade da entidade no exercício seguinte.

Comentários:

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, e não garantir a continuidade da entidade no exercício seguinte.

Gabarito: D

38) Um auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes mas não generalizadas para as demonstrações contábeis. Diante dessas circunstâncias, deve o auditor:

- a) abster-se de expressar uma opinião.
- b) expressar uma opinião adversa.
- c) declarar-se impedido de expressar uma opinião.
- d) expressar uma opinião com ressalva.

Comentários:

Como as distorções foram consideradas relevantes e não generalizadas, a opinião a ser emitida é a opinião com ressalva.

Caso fossem consideradas relevantes e generalizadas, a opinião a ser emitida seria a opinião adversa.

Gabarito: D

39) De acordo com o Código Tributário Nacional, quanto ao tema "Crédito Tributário" julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O lançamento é privativo da autoridade administrativa.
- II. A isenção constitui causa de extinção do crédito tributário.
- III. O pagamento exclui o crédito tributário.
- IV. O depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V, V.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, F, V.
- d) V, F, V, F.

**Comentários:**

Item I: De fato, conforme estabelece o art. 142, do CTN, compete privativamente à autoridade administrativa realizar o lançamento. Item correto.

Item II: Em razão do disposto no art. 175, I, do CTN, a isenção configura modalidade de exclusão do crédito tributário, ao lado da anistia. Item errado.

Item III: O pagamento configura a principal hipótese de extinção do crédito tributário. Portanto, é incorreto afirmar que exclui o crédito tributário. Item errado.

Item IV: De fato, conforme estabelece o art. 151, I, do CTN, o depósito do montante integral é uma medida à disposição do contribuinte com a aptidão para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Item correto.

Gabarito: C

40) De acordo com o texto constitucional, a seguridade social compreende:

- a) um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à educação e à assistência social.
- b) um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- d) um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência e à assistência social.

Comentários:

CF/1998, Art. 194. **A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.**

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - Universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;



- III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - Equidade na forma de participação no custeio;
- VI - Diversidade da base de financiamento, e;
- VII - Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito → C.

41) Sobre o Direito de Empresa, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência.

Comentários:

a) Incorreto. Pelo artigo 966 do Código Civil:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

b) Incorreta.

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

c) Este é o gabarito.

Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.



d) Errado. O prazo é de 5 anos.

Gabarito → C.

42) De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não tem natureza salarial a seguinte parcela/utilidade:

- a) auxílio-alimentação fornecido por força do contrato de trabalho.
- b) educação em estabelecimento de ensino de terceiros.
- c) habitação para a moradia da família do empregado.
- d) veículo para transporte dos filhos do empregado até a escola.

Comentários:

O auxílio-alimentação, citado na **letra (A)**, fornecido por força do contrato de trabalho possui natureza salarial, conforme preceitua a SUM-241 do TST:

SUM-241 SALÁRIO-UTILIDADE. ALIMENTAÇÃO

O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

A utilidade 'educação', citada na **letra (B)**, tem sua natureza salarial afastada pela CLT:

CLT, art. 458, § 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

(..)

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

Por fim, as **letras (C) e (D)**, ambas utilidades com natureza salarial, são fornecidas pelo trabalho e não são indispensáveis para a prestação do trabalho. Portanto, ambas têm natureza salarial, conforme deixa claro a SUM-367 do TST:

SUM-367 UTILIDADES "IN NATURA". HABITAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. VEÍCULO. CIGARRO. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO

I - A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

**Gabarito → B.**

43) Um equipamento, cujo preço anunciado é de R\$ 100.000,00 pode ser comprado à vista com um desconto de 20%, ou a prazo, em duas parcelas mensais e iguais de R\$ 55.000,00, sendo a primeira na data da compra, e a segunda para daí a 1 mês. A taxa mensal de juros cobrada pela loja, comparando-se as duas formas de pagamento, é igual a

- (A) 20%
- (B) 30%
- (C) 55%
- (D) 120%

Comentários:

O preço à vista é de $100.000 \times (1 - 20\%) = 100.000 \times 0,80 = 80.000$ reais. Este produto também pode ser comprado em duas prestações de 55.000. Pagando a primeira prestação à vista, sobra um saldo de $80.000 - 55.000 = 25.000$ reais. Entretanto, após 1 mês será preciso pagar 55.000 reais. Podemos obter a taxa de juros assim:

$$\begin{aligned}
 M &= C \times (1 + j) \\
 55.000 &= 25.000 \times (1 + j) \\
 1 + j &= 55 / 25 \\
 1 + j &= 11 / 5 \\
 1 + j &= 22 / 10 \\
 1 + j &= 2,2 \\
 j &= 2,2 - 1 \\
 j &= 1,2 = 120\%
 \end{aligned}$$

Gabarito: D

44) A folha de pagamento do mês é composta dos seguintes elementos:

a. Despesas com salários	R\$ 55.000;
b. FGTS	R\$ 4.400,00;
c. INSS (parte empresa)	R\$ 14.850,00;
d. INSS empregado	R\$ 2.750,00;
e. Vale – transporte (parte empresa)	R\$ 3.000,00;
f. Vale – transporte (parte empregado)	R\$ 1.300,00;
g. IRRF	R\$ 5.850,00.

Diante dessas informações, o custo total do empregado para a empresa e o valor líquido dos empregados serão, respectivamente, de:

- a) R\$ 45.100,00 e R\$ 77.250,00.
- b) R\$ 55.000,00 e R\$ 45.100,00.
- c) R\$ 77.250,00 e R\$ 45.100,00
- d) R\$ 77.250,00 e R\$ 55.000,00.

**Comentários:**

O custo total da mão de obra deve incluir todos os encargos sociais, a provisão de férias, vale transporte e a provisão de décimo terceiro salário que são da empresa.

O valor líquido dos empregados é o que efetivamente será recebido pelo funcionário, ao descontarmos dos encargos trabalhistas que incidem sobre sua remuneração.

Faremos a contabilização de cada encargo para descobrirmos o custo total do empregado para a empresa e o valor líquido dos empregados.

Salário do funcionário: É despesa da empresa.

D – Despesas de salários

C – Salários a pagar R\$ 55.000,00

INSS retido do funcionário: Não é despesa da empresa.

D – Salários a pagar (Passivo)

C – INSS a recolher (Passivo) R\$ 2.750,00

INSS patronal: Constitui um encargo (despesa) da empresa, que deve recolher 20% do valor da folha salarial ao INSS. A contabilização será:

D – Despesas com INSS

C – INSS a recolher (Passivo) R\$ 14.850,00

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço): Também é **encargo da empresa**. O FGTS fica depositado numa conta, em nome do funcionário, e pode ser retirado quando o funcionário é demitido, ou em certos casos: compra de imóvel, doença, etc.

D – Despesas com FGTS

C – FGTS a recolher (Passivo) R\$ 4.400,00

Vale transporte: funciona da seguinte forma: a empresa paga o valor que o funcionário gasta com transporte público (ônibus, metrô) e desconta 6% do salário do funcionário. Por exemplo, se determinado funcionário gasta R\$ 260,00 por mês e tem salário de \$2.000,00 a empresa desconta 6% do salário (120 reais) e considera o excesso ($260 - 120 = 140$) como despesa com vale transporte (vai compor as despesas com folha de pagamento).

A questão forneceu a parte que compete é despesa da empresa (R\$ 3000) e o que é encargo do empregado (R\$ 1300) referente ao valor do vale transporte.

**Lançamento:****Parte da empresa:**

D – Despesas com Vale Transporte (empresa)
C – Vale Transporte a pagar R\$ 3.000

Parte do empregado:

D – Salários a pagar
C – Vale Transporte a pagar R\$ 1.300

Imposto de Renda Pessoa Física: **Não é despesa da empresa.** Compete a ela apenas a função de responsável pelo recolhimento:

D – Salários a pagar
C – IRPF retido na fonte a recolher R\$ 5.850,00

Assim, temos que o custo total da mão de obra para empresa e o valor líquido dos empregados serão:

Custo Total da Mão de Obra	
(+) Salários a pagar	R\$ 55.000,00
(+) Despesas com INSS (patronal)	R\$ 14.850,00
(+) Despesas com FGTS	R\$ 4.400,00
(+) Vale Transporte	R\$ 3.000,00
= Total	R\$ 77.250,00

Valor Líquido de Empregados	
(+) Salários a pagar	R\$ 55.000,00
(-) INSS empregados	-R\$ 2.750,00
(-) Vale Transporte Empregados	-R\$ 1.300,00
(-) IRRF retido na fonte	-R\$ 5.850,00
Total	R\$ 45.100,00

Gabarito → C

45) Sobre a figura do perito, segundo a NBC PP, podemos fazer as seguintes afirmações, exceto:

a) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.

b) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.



- c) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
- d) Perito-assistente é o contratado e indicado pelo juiz em perícias contábeis.

Comentários:

Questão que exige conhecimento da literalidade da NBC PP 01, que trata do Perito Contábil. Todas alternativas estão corretas, exceto a "D", pois o perito-assistente é o contratado e indicado pela parte e não pelo juiz em perícias contábeis.

Gabarito → A

- 46) Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil. Pode-se afirmar sobre eles, exceto:
- a) O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- b) A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- c) A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
- d) A mensuração é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

Comentários:

Conforme determinação da NBC TP 01, os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação:

17. O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos. **(alternativa a)**

18. A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial. **(alternativa b)**

19. A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia. **(alternativa c)**

20. A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.



21. O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

22. A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

23. A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

24. A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

A alternativa "D" está incorreta, pois trocou o conceito de mensuração com avaliação.

Gabarito → D

47) Os sócios "A", "B", "C" e "D" de uma sociedade empresária decidem excluir o sócio "C" da sociedade. Para tanto, solicitaram ao contador da empresa que elaborasse o Balanço Patrimonial Especial em agosto de 2017, com o objetivo de demonstrar ao sócio "C" a sua parte nos haveres.

O quadro de participação societária era assim constituído:

Sócio "A"	25%
Sócio "B"	25%
Sócio "C"	25%
Sócio "D"	25%

O Patrimônio Líquido da empresa em 31/07/2017 apresentava as seguintes contas e saldos:

- Capital Subscrito	R\$ 300.000
- Capital a Integralizar	R\$ 30.000
- Reserva de Lucros	R\$ 3.000
- Ações em Tesouraria	R\$ 4.000
- Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo devedor)	R\$ 10.000

Durante o mês de agosto, ocorreram os seguintes fatos contábeis:

- ✓ Aquisição de peças para reposição no valor de R\$10.000,00 para serem utilizadas na prestação de serviços do mês de setembro de 2017.
- ✓ Prestação de serviços no valor total de R\$80.000,00 para diversos clientes. Para a execução desses serviços, a sociedade utilizou-se de peças que haviam custado R\$5.000,00 e o custo total com pessoal totalizou R\$25.000,00.
- ✓ Pagamento do valor de R\$100,00 referente à comissão sobre as vendas do mês de julho de 2017.



- ✓ Obtenção de empréstimo bancário no início do mês de agosto de 2017, no valor de R\$40.000,00, a ser pago no fim do mês de agosto de 2017 acrescidos de juros de 3% para o período.
- ✓ Despesa com o pessoal administrativo no valor de R\$1.000,00 a ser pago em setembro de 2017.
- ✓ Recebimento do valor de R\$60.000,00 referente aos serviços prestados no mês de maio de 2017.
- ✓ Pagamento de salários referente à folha do mês de julho de 2017 no valor de R\$20.000,00.

Diante do exposto, em uma Perícia Contábil de Apuração de Haveres, o valor apurado para ser pago ao Sócio "C" é de:

- a) R\$ 87.000,00
- b) R\$ 98.950,00
- c) R\$ 82.725,00
- d) R\$ 74.950,00

Comentários:

O valor do Patrimônio Líquido da empresa em 31.07.2017 era de:

Capital Subscrito	R\$	300.000,00
Capital a Integralizar	-R\$	30.000,00
Reserva de Lucros	R\$	4.000,00
Ações em Tesouraria	-R\$	4.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo devedor)	-R\$	10.000,00
Total	R\$	260.000,00

Agora, devemos apurar o resultado do mês de agosto, para, posteriormente, verificarmos qual a participação do sócio "C".

Para apurarmos o resultado do mês de agosto, iremos separar somente os fatos contábeis que envolvem contas de resultado, atendendo ao Princípio da Competência.

- Aquisição de peças para reposição no valor de R\$10.000,00 para serem utilizadas na prestação de serviços do mês de setembro de 2017.

Não afeta o resultado, pois representa um fato permutativo.

- Prestação de serviços no valor total de R\$80.000,00 para diversos clientes. Para a execução desses serviços, a sociedade utilizou-se de peças que haviam custado R\$5.000,00 e o custo total com pessoal totalizou R\$25.000,00.

Afeta o resultado, pois temos a receita auferida de 80.000 e custo do serviço prestado de 5.000 + 25.000 = R\$ 30.000



- Pagamento do valor de R\$100,00 referente à comissão sobre as vendas do mês de julho de 2017.

Não afeta o resultado, pois, pelo Princípio da Competência, foi considerado como despesa em julho de 2017.

- Obtenção de empréstimo bancário no início do mês de agosto de 2017, no valor de R\$40.000,00, a ser pago no fim do mês de agosto de 2017 acrescidos de juros de 3% para o período.

Afeta o resultado, pois temos a despesa financeira de $40.000 \times 0,03 = R\$ 1.200,00$;

- Despesa com o pessoal administrativo no valor de R\$1.000,00 a ser pago em setembro de 2017.

Afeta o resultado, mesmo que o pagamento ocorra apenas em setembro, o fato gerador da despesa já ocorreu.

- Recebimento do valor de R\$60.000,00 referente aos serviços prestados no mês de maio de 2017.

Não afeta o resultado, pois, pelo Princípio da Competência, foi considerado como receita em maio de 2017.

- Pagamento de salários referente à folha do mês de julho de 2011 no valor de R\$20.000,00.

Não afeta o resultado, é despesa de julho.

Diante do exposto, na apuração do resultado teremos:

Apuração do Resultado	
Receita de Prestação de Serviços	R\$ 80.000,00
Custo do Serviço Prestado	-R\$ 30.000,00
Despesa Financeira	-R\$ 1.200,00
Despesa com Pessoal	-R\$ 1.000,00
Resultado do Período	R\$ 47.800,00

Portanto, o Patrimônio Líquido Especial em agosto de 2017 apresentará os seguintes saldos:

Capital Subscrito	R\$ 300.000,00
Capital a Integralizar	-R\$ 30.000,00
Reserva de Lucros	-R\$ 4.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 47.800,00



Ações em Tesouraria	-R\$	4.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo devedor)	-R\$	10.000,00
Total	R\$	299.800,00

Na apuração de haveres, caberá ao sócio "C" a seguinte quantia: $0,25 \times 299.800 = R\$ 74.950,00$.

Gabarito → D

48) Uma empresa faz um empréstimo no valor de R\$ 200.000,00, a uma taxa de 15% ao ano, para ser pago em 5 prestações anuais e iguais, de acordo com o sistema francês de amortização, vencendo a primeira prestação 1 ano após a data do empréstimo. A Tabela abaixo é parte da planilha de amortização apresentada pelo credor.

Tempo	Prestação	Amortização	Juros	Saldo devedor
0				R\$ 200.000,00
1	R\$ 59.663,11	R\$ 29.663,11	R\$ 30.000,00	R\$ 170.336,89
2	R\$ 59.663,11	R\$ 34.112,58	R\$ 25.550,53	R\$ 136.224,31

Para avaliar o total de juros que serão pagos nesse financiamento, um auditor completa a planilha até o final, de modo que o saldo devedor seja zero. O total de juros, em milhares de reais, que serão pagos pela empresa, se todas as prestações forem quitadas de acordo com o planejado, pertence ao intervalo:

- (A) 50,1 a 65,0
- (B) 65,1 a 80,0
- (C) 80,1 a 95,0
- (D) 95,1 a 110,0

Comentários:

Já temos na tabela os juros do primeiro e do segundo anos. Vamos calcular os outros três.

Após pagar a segunda prestação, o saldo devedor caiu para 136.224,31 reais. Este saldo rendeu juros de 15% no ano seguinte, ou seja,

$$\text{Juros do terceiro ano} = 15\% \times 136.224,31 = 20.433,60 \text{ reais}$$

A amortização no terceiro ano foi:

$$A = P - J = 59.663,11 - 20.443,65 = 39.229,46 \text{ reais}$$

Assim, o saldo devedor caiu para:



$$SD = 136.224,31 - 39.229,46 = 96.994,85 \text{ reais}$$

No quarto período temos:

$$\text{Juros do quarto ano} = 15\% \times 96.994,85 = 14.549,23 \text{ reais}$$

$$A = P - J = 59.663,11 - 14.549,23 = 45.113,88 \text{ reais}$$

O saldo devedor caiu para:

$$SD = 96.994,85 - 45.113,88 = 51.880,96 \text{ reais}$$

No quinto período temos:

$$\text{Juros do quinto ano} = 15\% \times 51.880,96 = 7.782,14 \text{ reais}$$

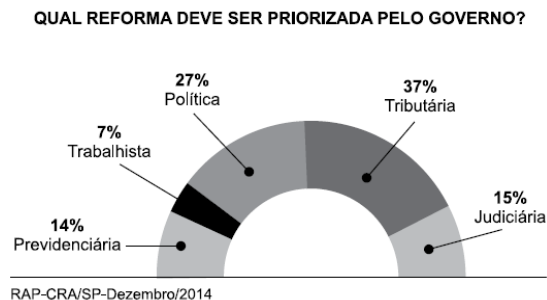
Somando os juros de todos os períodos, temos:

$$\text{Juros} = 30.000 + 25.550,53 + 20.433,65 + 14.549,23 + 7.782,14$$

$$\text{Juros} = 98.315,55 \text{ reais}$$

Gabarito: D

49) Levantamento feito pelo CRA-SP questionou qual reforma deve ser priorizada pelo governo. Entre as opções estavam os setores previdenciário, trabalhista, político, tributário e judiciário, sendo que apenas um deles deveria ser apontado. O gráfico mostra a distribuição porcentual arredondada dos votos por setor.



Sabendo que o setor político recebeu 87 votos a mais do que o setor judiciário, é correto afirmar que a média aritmética do número de apontamentos por setor foi igual a

- (A) 145.
- (B) 140.
- (C) 137.
- (D) 128.

Comentários:



Observe que a diferença percentual entre os tópicos política e judiciário é $27\% - 15\% = 12\%$. Essa diferença correspondeu a 87 votos. Assim, podemos escrever a seguinte regra de três para descobrir a quantidade total de votos (que corresponde a 100 por cento dos votos):

$$\begin{array}{r} 12\% \text{ ----- } 87 \\ 100\% \text{ ----- } V \end{array}$$

$$12\%.V = 100\%.87$$

$$V = 100 \times 87 / 12$$

$$V = 725 \text{ votos}$$

Podemos calcular a média aritmética de votos em cada setor, primeiramente com base nos percentuais:

$$\begin{aligned} \text{Média percentual} &= (14\% + 7\% + 27\% + 37\% + 15\%) / 5 = 100\% / 5 \\ &= 20\% \end{aligned}$$

Para saber quantos votos correspondem a 20 por cento do total, basta fazer:

$$\text{Média} = 20\% \times 725 = 145 \text{ votos}$$

Gabarito: A

Visão monumental

Nada superará a beleza, nem todos os ângulos retos da razão. Assim pensava o maior arquiteto e mais invocado sonhador do Brasil. Morto em 5 de dezembro de insuficiência respiratória, a dez dias de completar com uma festa, no Rio de Janeiro onde morava, 105 anos de idade, Oscar Niemeyer propusera sua própria revolução arquitetônica baseado em uma interpretação do corpo da mulher.

Filho de fazendeiros, fora o único ateu e comunista da família, tendo ingressado no partido por inspiração de Luiz Carlos Prestes, em 1945. Como a agremiação partidária não correspondera a seu sonho, descolara-se dela, na companhia de seu líder, em 1990. "O comunismo resolve o problema da vida", acreditou até o fim. "Ele faz com que a vida seja mais justa. E isso é fundamental. Mas o ser humano, este continua desprotegido, entregue à sorte que o destino lhe impõe."

E desprotegido talvez pudesse se sentir um observador diante da monumentalidade que ele próprio idealizara para Brasília a partir do plano-piloto de Lucio Costa. Quem sabe seus museus, prédios governamentais e catedrais não tivessem mesmo sido construídos para ilustrar essa perplexidade? Ele acreditava incutir o ardor em quem experimentava suas construções.

Bem disse Le Corbusier que Niemeyer tinha "as montanhas do Rio dentro dos olhos", aquelas que um observador pode vislumbrar a partir do Museu



de Arte Contemporânea de Niterói, um entre cerca de 500 projetos seus. Brasília, em que pese o sonho necessário, resultara em alguma decepção. Niemeyer vira a possibilidade de construir ali a imagem moderna do País. E como dizer que a cidade, ao fim, deixara de corresponder à modernidade empenhada? Houve um sonho monumental, e ele foi devidamente traduzido por Niemeyer. No Planalto Central, construíra a identidade escultural do Brasil.

(Adaptado de Rosane Pavam. CartaCapital, 07/12/2012, www.cartacapital.com.br/sociedade/a-visao-monumental-2/)

50) O texto sugere que,

(A) ainda que a construção de Brasília, projetada por Niemeyer, possa não ter concretizado a modernidade sonhada pelo arquiteto, a cidade teria se tornado genuína representação desse sonho grandioso.

(B) considerados os seus mais importantes projetos, a revolução empreendida por Oscar Niemeyer na arquitetura estaria evidentemente ligada a sua filiação ao partido comunista.

(C) mesmo que não se possa estender esse sentimento para o conjunto da obra de Niemeyer, Brasília provocaria certo mal-estar no observador, o que teria origem no projeto monumental de Lucio Costa.

(D) na biografia de Niemeyer, ressaltaria uma contradição insolúvel entre sua origem e suas convicções políticas, o que acabaria se resolvendo em suas obras monumentais, que misturam sonho e realidade.

Comentários:

A alternativa (A) é a correta, pois se refere às últimas frases do texto. Compare os fragmentos:

Texto: *"E como dizer que a cidade, ao fim, deixara de corresponder à modernidade empenhada?¹ Houve um sonho monumental, e ele foi devidamente traduzido por Niemeyer.² No Planalto Central, construíra a identidade escultural do Brasil."*

Alternativa: *ainda que a construção de Brasília, projetada por Niemeyer, possa não ter concretizado a modernidade sonhada pelo arquiteto,¹ a cidade teria se tornado genuína representação desse sonho grandioso.²*

Veja as demais alternativas:

A alternativa (B) está errada, pois o primeiro parágrafo nos esclarece que *"Oscar Niemeyer propusera sua própria revolução arquitetônica baseado em uma interpretação do corpo da mulher."*, e não em sua filiação ao partido comunista, como afirma a alternativa.



A alternativa (C) está errada, pois Brasília não provoca mal-estar no observador. Na realidade, o texto afirma que “...desprotegido talvez pudesse se sentir um observador diante da monumentalidade que ele próprio idealizara para Brasília a partir do plano-piloto de Lucio Costa.”

A alternativa (D) está errada e não encontra amparo nos argumentos do texto. Nele, não há contradição entre a origem e as convicções políticas de Niemeyer. O texto apenas indica que ele foi o único ateu e comunista da família, mas isso não quer dizer contradição. Também não nos mostra que suas obras se baseiam na mistura de sonho e realidade.

Gabarito: A